



Edição nº 605 – 22/10/2019
(Período 15 a 22 de outubro de 2019)

1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Portaria Conjunta nº 5/2019 - Presidência do STF/demais Tribunais Superiores e Conselhos - dispõe sobre ampliação para empenho e movimentação financeira.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Portaria nº 810/2019 - Direção-Geral - dispõe sobre a criação, no âmbito da Justiça Eleitoral, do Núcleo de Desenvolvimento Colaborativo da solução de acesso aos bancos de dados centralizados da totalização.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Portaria nº 40/2019 – Corregedoria Nacional – institui Grupo de Trabalho para análise, compilação e atualização dos provimentos desta Corregedoria Nacional de Justiça, que regulamentam o serviço extrajudicial, em razão das alterações normativas e fáticas ocorridas - **em anexo**.

Recomendação nº 55/2019 – Presidência - recomenda aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais a adoção de procedimentos voltados a otimizar o julgamento das ações relacionadas a crimes dolosos contra a vida pelo Tribunal do Júri - **em anexo**.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Portaria nº 549/2019 - Presidência - institui Grupo de Estudos sobre aspectos civis da Subtração Internacional de Crianças do Conselho da Justiça Federal, identificado como GESIC (*o representante da JF/4ª Região é o Desembargador Federal Jorge Antônio Maurique*).

Edital nº 900000096180 – Turma Nacional de Uniformização dos JEFs - A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais torna pública a deliberação do Colegiado na sessão de 09 de outubro do corrente ano, nos autos do processo acima identificado, sob relatoria do Juiz Federal Bianor Arruda Bezerra Neto, em que afetou o tema do presente feito como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, para que pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia possam apresentar memoriais escritos no prazo de dez dias, nos termos do art. 17, inciso III, do [Regimento Interno da TNU](#) - **em anexo**.

Edital nº 900000096448 – Turma Nacional de Uniformização dos JEFs - A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais torna pública a deliberação do Colegiado na sessão de 9 de outubro do corrente ano, nos autos do processo acima identificado, sob relatoria do Juiz Federal Ronaldo Castro Desterro e Silva, em que afetou o tema do presente feito como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, para que pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia possam apresentar memoriais escritos no prazo de dez dias, nos termos do art. 16, § 6º inciso I, do Regimento Interno da TNU, instituído pela [Resolução nº 586/2019](#). Questão controvertida (Tema 235): "*Saber se o pagamento da Gacen é devido ou não é devido aos servidores inativos da Funasa.*" - **em anexo**.

Edital nº 900000096453 – Turma Nacional de Uniformização dos JEFs - A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais torna pública a deliberação do Colegiado na sessão de 9 de outubro do corrente ano, nos autos do processo acima identificado, sob relatoria do Juiz Federal Bianor Arruda Bezerra Neto, em que afetou o tema do presente feito como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, para que pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia possam apresentar memoriais escritos no prazo de dez dias, nos termos do art. 16, § 6º inciso I, do Regimento Interno da TNU, instituído pela [Resolução nº 586/2019](#). Questão controvertida (Tema 234): "*Saber se a regra constante do art. 138 do CTN, que trata da 'denúncia espontânea', aplica-se, ou não, aos casos de cumprimento extemporâneo de obrigação tributária acessória, os chamados deveres instrumentais do contribuinte.*" - **em anexo**.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Portaria nº 1.047/2019 – Presidência - dispõe sobre delegação e subdelegação de competência à Diretoria de Recursos Humanos - **em anexo**.

Ato nº 576/2019 - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos/Sistema de Conciliação do TRF4 - designa a Juíza Federal Eliana Paggiarin Marinho, da 8ª Vara Federal de Florianópolis, para integrar o Sistema de Conciliação na função de 2ª Coordenadora Regional Adjunta do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCON da Seção Judiciária de Santa Catarina, a partir de 17 de outubro de 2019 - **em anexo**.

Edital nº 6/2019 - Concurso Público para Servidores - convocação para avaliação dos candidatos autodeclarados negros e para prova prática de capacidade física - **em anexo**.

JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Edital de Ciência de Eliminação nº 02/2019 - Livros de Registro de Sentença - Direção do Foro da JFPR/Núcleo de Documentação - o Diretor do Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Paraná, FAZ SABER às partes, seus procuradores e a todos quantos possa interessar que, a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região, a Subseção Judiciária de Curitiba eliminará Livros de Registro de Sentença da 8ª e da 11ª Vara Federal de Curitiba (Parte II), digitalizados e certificados por autoridade competente, conforme previsto nos artigos 12, §5º, e 29, da [Resolução nº 318/2014](#), do Conselho da Justiça Federal, bem como na [Recomendação nº 37/2011](#), do Conselho Nacional de Justiça - **em anexo**.

2. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Resolução nº 153/2019 - Conselho Superior - altera a [Resolução nº. 127, de 6 de abril de 2016](#) *(que regulamenta a tutela coletiva de direitos e interesses pela Defensoria Pública da União)* e a [Resolução nº. 53, de 21 de novembro de 2011](#) *(que regulamenta as promoções e a recusa de promoção na carreira de defensor público da união)*.

3. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO

Lei nº 13.884/2019 - autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial, no âmbito do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa.

Lei nº 13.885/2019 - estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da [Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010](#), e dá outras providências.

Lei nº 13.886/2019 - altera as Lei nº [7.560, de 19 de dezembro de 1986](#), [10.826, de 22 de dezembro de 2003](#), [11.343, de 23 de agosto de 2006](#), [9.503, de 23 de setembro de 1997](#) (Código de Trânsito Brasileiro), [8.745, de 9 de dezembro de 1993](#), e [13.756, de 12 de dezembro de 2018](#), para acelerar a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas.

[Lei nº 13.887/2019](#) – altera a [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.

[Lei nº 13.888/2019](#) – abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.007.691.266,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

[Lei nº 13.889/2019](#) – denomina Viaduto Arivaldo Angelo Pancera o viaduto transversal localizado à BR-282, no Município de Catanduvas, que liga os bairros Centro-Oeste e Sayonara ao centro da cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina.

[Lei nº 13.890/2019](#) – denomina Elevado Carlos Joffre do Amaral o elevado da Rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Luiz de Camões, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

[Lei nº 13.891/2019](#) – denomina Elevado José Paschoal Baggio o elevado localizado na rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Duque de Caxias, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

[Lei nº 13.892/2019](#) – institui o Dia Nacional da [Sukyo Mahikari](#) (*"luz da verdade" é um movimento religioso moderno, ou uma arte espiritualista ecumênica e sem dogmas, fundado em 1959 por Yoshikazu Okada em Tóquio, baseada no budismo e em revelações divinas, tendo como objetivo a renovação espiritual e a qualidade de vida elevada da humanidade com o uso da Luz Divina*).

4. PODER EXECUTIVO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Medida Provisória nº 898/2019](#) – altera a [Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004](#), que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino.

[Medida Provisória nº 899/2019](#) - dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica (*estabelece requisitos e condições para que a União e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio, nos termos do art. 171 da [Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional](#), concedendo desconto de até 70% em dívidas com a União*).

[Medida Provisória nº 900/2019](#) - autoriza a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes da conversão de multa de que trata o art. 72, § 4º, da [Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#), e dá outras providências.

[Medida Provisória nº 901/2019](#) – altera a [Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001](#), que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União.

Decreto de 18 de outubro de 2019 - nomeia Luiz Fernando Tomasi Keppen, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Decreto nº 10.066/2019 – dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Decreto nº 10.067/2019 – dispõe sobre a qualificação da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Decreto nº 10.068/2019 - altera o **Decreto nº 8.518, de 18 de setembro de 2015**, que dispõe sobre a carteira de identidade de militar das Forças Armadas, o documento de identificação de seus dependentes e pensionistas e o documento de identificação dos integrantes da Marinha Mercante.

Decreto nº 10.069/2019 - dispõe sobre o Conselho Nacional da Juventude.

Decreto nº 10.070/2019 - promulga o Acordo Multilateral de Busca e Salvamento, de 10 de maio de 1973.

Decreto nº 10.071/2019 – dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café.

Decreto nº 10.072/2019 - altera o **Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019**, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

Decreto nº 10.073/2019 – altera o **Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019**, e o **Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019**, que aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança.

Decreto nº 10.074/2019 - altera o **Decreto nº 9.217, de 4 de dezembro de 2017**, que dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e autoriza a União a proceder à integralização de cotas em fundo administrado pela Caixa Econômica Federal.

[Decreto nº 10.075/2019](#) – altera o [Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004](#), que fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior.

[Decreto nº 10.076/2019](#) – altera o [Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

[Decreto nº 10.077/2019](#) - remaneja, em caráter temporário, cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e transforma funções de confiança.

[Parecer nº 53/2019 - Advocacia-Geral da União](#) - Assunto: Acesso a informações protegidas por sigilo fiscal, por órgãos de controle externo e interno (TCU e CGU), para fins de auditoria, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal e demais órgãos da Administração Tributária. *Ementa: Sigilo fiscal. Dados e informações econômico-fiscais. Arts. 5º, X e XII, e 145, §1º, da [CF/1988](#). Bases de dados. Compartilhamento com órgãos de controle externo (TCU) e interno (CGU). Necessidade de acesso. Finalidade: auditoria da administração tributária federal. Intercâmbio de informações. Identificação. Indispensabilidade para a realização da auditoria ou inspeção. Uso vinculado ao respectivo escopo. Transferência do sigilo. Possibilidade. Art. 198, do [CTN](#). Interpretação da legislação tributária. Compatibilidade com a preservação do sigilo. Revisão parcial do [Parecer GQ-110, de 1996](#) (que aconselhava a submissão da questão ao Poder Judiciário).*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

[Instrução Normativa nº 47/2019 - Gabinete da Ministra](#) - proíbe a manutenção, a comercialização e o uso de vacinas contra a febre aftosa no Estado do Paraná, a partir de 31 de outubro de 2019, atendendo o compromisso do Estado de conquistar o status de área livre da aftosa. (*Saiba mais: [Paraná suspende vacinação de rebanho contra a febre aftosa](#)*).

[Instrução Normativa nº 48/2019 - Gabinete da Ministra](#) – estabelece as regras sobre o recolhimento, transporte, processamento e destinação de animais mortos e resíduos da produção pecuária como alternativa para a sua eliminação nos estabelecimentos rurais.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

[Portaria nº 2.031/2019 - Gabinete do Ministro](#) - institui o Programa Município mais Cidadão e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

[Consulta Pública nº 61/2019 - Agência Nacional de Telecomunicações \(Anatel\)](#) - submete a comentários e sugestões do público geral proposta de alteração pontual do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (*o texto completo da proposta pode ser consultado [aqui](#)*).

MINISTÉRIO DA DEFESA

[Instrução Técnico-Administrativa nº 21/2019 - Comando do Exército](#) - estabelece procedimentos para utilização do Sistema de Controle de Veículos Automotores Blindados e Blindagens Balísticas.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

[Portaria nº 4.951/2019 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre procedimentos para o rateio de despesas em razão da utilização compartilhada de edifícios públicos e privados sob gestão do Ministério da Economia.

[Anexo II da Instrução Normativa nº 2/2019 - Gabinete do Ministro - republicação do Anexo II da IN 2/2019 por conter incorreção no original](#) - dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

[Portaria nº 834/2019 - Superintendência da Zona Franca de Manaus](#) - dispõe sobre o controle e fruição dos incentivos fiscais e o internamento de mercadorias nacionais ou nacionalizadas nas áreas incentivadas administradas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

[Portaria nº 901/2019 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar \(Previc\)](#) - constitui o Comitê de Análise de lavratura de Auto de Infração e instauração de Inquérito Administrativo - COPAI, no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com o objetivo de assessorar a Diretoria Colegiada e aperfeiçoar o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação do regime da previdência complementar inerente às operações das entidades fechadas de previdência complementar, nos termos do [Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003](#).

Portaria nº 1.143/2019 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – estabelece, para o mês de setembro de 2019, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Portaria nº 1.144/2019 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – estabelece, para o mês de outubro de 2019, os fatores de atualização das contribuições que especifica.

Resolução nº 706/2019 - INSS - altera a **Resolução nº 681/PRES/INSS, de 24 de maio de 2019**, permitindo a subdivisão da Central Especializadas de Alta Performance CEAP - IDADE - B41, prevista no inciso II do caput, nas modalidades urbana e rural, aplicando-lhes a mesma disciplina das demais CEAPs.

Resolução nº 4.755/2019 - Banco Central do Brasil - autoriza a composição de dívidas decorrentes de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais ou suas cooperativas de produção.

Instrução Normativa nº 205/2019 - Secretaria Especial de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - estabelece as diretrizes e procedimentos utilizados na alienação por venda de imóveis da União, na forma do disposto nas Leis nº **9.636, de 15 de maio de 1998**, e nº **13.240, de 30 de dezembro de 2015**.

Instrução Normativa nº 206/2019 - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital - estabelece os prazos para que órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, utilizem obrigatoriamente a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou a dispensa eletrônica, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

Instrução Normativa nº 207/2019 - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital - estabelece orientação quanto ao pagamento de auxílio-transporte ao servidor e ao empregado público nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Norma de Execução nº 113/2019 - Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade - dispõe sobre a execução da modalidade denominada Qualificação Presencial no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil.

Circular nº 876/2019 - Caixa Econômica Federal - publica a versão 5 do Manual FGTS Movimentação da Conta Vinculada, como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria nº 1.773/2019 - Gabinete do Ministro - dispõe sobre as diretrizes para formação do cadastro do Sistema Educacional Brasileiro - SEB e expedição da Carteira de Identificação Estudantil - CIE, de que tratam os art. 1º-A e 1º-B da [Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013](#).

Portaria nº 1.795/2019 - Gabinete do Ministro - estabelece o valor do apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação.

Portaria nº 1/2019 - Secretaria de Alfabetização - expede regimento, que define as regras gerais de funcionamento da I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), instituída pelo Ministro de Estado da Educação por meio da [Portaria MEC nº 1.460, de 15 de agosto de 2019](#).

Portaria nº 538/2019 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - institui Força-Tarefa no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para atuação na extração, tratamento, análise e carga dos dados referentes ao Censo Escolar 2020 nos sistemas e demais dispositivos de tecnologia da informação relacionados às políticas públicas de educação.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Portaria nº 4.442/2019 - Secretaria Executiva – institui Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos para a proposição de utilização e destinação dos imóveis que compõem a reserva técnica ferroviária.

MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS

Resolução nº 10/2019 - Conselho Nacional de Direitos Humanos – dispõe sobre a aplicação de sanção de CENSURA PÚBLICA em face de Ronaldo Nogueira de Oliveira, em decorrência de prática de condutas contrárias aos direitos humanos, pela resistência à divulgação do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo e pela edição da [Portaria nº 1.129/2017](#), enquanto Ministro de Estado do Trabalho.

Resolução nº 11/2019 - Conselho Nacional de Direitos Humanos – dispõe sobre a criação do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.

Enunciado nº 2/2019 - Comissão de Anistia – *"O rol constante do art. 2º da [Lei Federal 10.559, de 13 de novembro de 2002](#), deve ser interpretado taxativa e restritivamente, para fins de declarar anistiados políticos somente aqueles diretamente perseguidos por motivação exclusivamente política."*

Enunciado nº 3/2019 - Comissão de Anistia - *"As promoções dos anistiados prevista no art. 6º da [Lei nº 10.559/2002](#) se restringem ao quadro a que pertencia o militar na ativa."*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria nº 2.722/2019 - Gabinete do Ministro - estabelece incentivo financeiro para implementação e fortalecimento das ações de ampliação da cobertura vacinal da Tríplice Viral e de prevenção, controle do surto e interrupção da cadeia de transmissão do sarampo e outros agravos imunopreveníveis, no âmbito da Vigilância em Saúde e Atenção Primária à Saúde.

Portaria nº 48/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovações e Insumos Estratégicos - torna pública a decisão de incorporar a alfaalglucosidase para a forma precoce da [Doença de Pompe](#), conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Portaria nº 1.192/2019 - Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - dispõe sobre as apurações das possíveis irregularidades praticadas pelos agentes públicos dos Hospitais Federais e Institutos Federais vinculados à Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, no âmbito da Central de Regulação Unificada.

Resolução RDC nº 311/2019 - Anvisa – altera a [Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 38, de 12 de agosto de 2013](#), que aprova o regulamento para os programas de acesso expandido, uso compassivo e fornecimento de medicamento pós-estudo.

Resolução RDC nº 312/2019 - Anvisa – dispõe sobre o prazo de validade da regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, e altera a [Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015](#), e dá outras providências.

Resolução RDC nº 313/2019 - Anvisa – dispõe sobre o prazo de validade da regularização de produtos saneantes e dá outras providências.

Resolução RDC nº 314/2019 - Anvisa – dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da [Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998](#).

Resolução RDC nº 316/2019 - Anvisa – dispõe sobre os requisitos sanitários da água do mar dessalinizada, potável e envasada.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Memorando de Entendimento - entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai sobre a criação e o

funcionamento do Comitê de Integração Fronteiriça Trinacional Barra do Quaraí/RS (Brasil), Monte Caseros (Argentina) e Bella Unión (Uruguai).

5. CONSELHOS PROFISSIONAIS

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

[Resolução nº 617/2019](#) - atualiza o Manual de Fiscalização do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, o quadro de Irregularidades e Ilegalidades e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

[Resolução nº 553/2019](#) - dispõe sobre a calibração e ajuste de equipamentos de avaliação audiológica e dá outras providências.

[Voltar ao topo](#)